



Secretaria de Educação de Cuiabá - MT
Técnico em Desenvolvimento Infantil - TDI

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura, compreensão e interpretação de textos	1
Estruturação do texto e dos parágrafos	4
Articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos, operadores sequenciais	5
Significação contextual de palavras e expressões.....	7
Equivalência e transformação de estruturas	8
Sintaxe: processos de coordenação e subordinação.....	10
Emprego de tempos e modos verbais. Flexão nominal e verbal.....	15
Pontuação	25
Estrutura e formação de palavras	29
Funções das classes de palavras	31
Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.....	42
Concordância nominal e verbal.....	44
Regência nominal e verbal	46
Ortografia oficial. Novo Acordo Ortográfico	48
Acentuação gráfica. Tonicidade.....	53
Crase	55
Uso do hífen	56
Exercícios	56
Gabarito.....	75

RACIOCÍNIO LÓGICO-ANALÍTICO

Operações com conjuntos.....	1
Raciocínio lógico numérico: problemas envolvendo operações com números reais e raciocínio sequencial.....	7
Conceito de proposição: valores lógicos das proposições. Conectivos e negação	11
Argumentação lógica e diagramas lógicos.....	16
Equivalências e implicações lógicas	24
Quantificadores universal e existencial	28
Problemas de contagem: princípios aditivo e multiplicativo	30
Exercícios	35
Gabarito.....	45

SUMÁRIO



LEGISLAÇÃO BÁSICA

A Constituição Federal: Arts. 37 a 41 – A Administração Pública Direta e Indireta	1
Da Educação na CF/88 (Capítulo III - Art. 205 a 214).....	10
Lei nº 9.394 de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB	16
Lei n.º 8.069 de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente	46
Lei Complementar n.º 03 de 2003 – Estatuto do Servidor Público do Município de Cuiabá.....	113
Lei Complementar 220 de 2010 – Lei Orgânica dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação	152
Ética no setor público	165
Decreto n.º 9.198 de 2022 – Código de Ética dos Agentes Públicos da Administração Direta e Indireta do Município de Cuiabá	174
Lei 5.965 de 2015 – Institui a Gestão Democrática nas Unidades Educacionais da Rede Pública Municipal.....	188
Exercícios	212
Gabarito.....	219

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo social da escola	1
tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira; teorias e tendências atuais	2
interdisciplinaridade.....	5
didática e metodologia do ensino na educação infantil	6
psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem.....	8
pedagogia da infância. direitos da infância	17
desenvolvimento linguístico e cognitivo da criança.....	19
estatuto da criança e do adolescente - ECA	21
desenvolvimento da linguagem verbal, corporal e escrita das crianças	21
manifestações e tradições culturais locais e nacionais	23
literatura infantil brasileira.....	25
conceitos específicos das áreas de linguagem, ciências sociais, ciências da natureza e matemática com foco na vivência infantil e construção da sua autonomia.....	27
projeto político pedagógico - princípios e finalidades.....	30
os diferentes planejamentos no contexto escolar	40
a formação do pensamento lógico-matemático da criança	42
a política de educação infantil da rede municipal de ensino de Cuiabá.....	44
Base Nacional Comum Curricular	48
Diretrizes Nacionais da Educação Infantil.....	104
Exercícios	107
Gabarito.....	113

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.





Raciocínio Lógico-Analítico

Os conjuntos estão presentes em muitos aspectos da vida, seja no cotidiano, na cultura ou na ciência. Por exemplo, formamos conjuntos ao organizar uma lista de amigos para uma festa, ao agrupar os dias da semana ou ao fazer grupos de objetos. Os componentes de um conjunto são chamados de elementos, e para representar um conjunto, usamos geralmente uma letra maiúscula.

Na matemática, um conjunto é uma coleção bem definida de objetos ou elementos, que podem ser números, pessoas, letras, entre outros. A definição clara dos elementos que pertencem a um conjunto é fundamental para a compreensão e manipulação dos conjuntos.

Símbolos importantes

\in : pertence

\notin : não pertence

\subset : está contido

$\not\subset$: não está contido

\supset : contém

$\not\supset$: não contém

$/$: tal que

\Rightarrow : implica que

\Leftrightarrow : se, e somente se

\exists : existe

\nexists : não existe

\forall : para todo(ou qualquer que seja)

\emptyset : conjunto vazio

\mathbb{N} : conjunto dos números naturais

\mathbb{Z} : conjunto dos números inteiros

\mathbb{Q} : conjunto dos números racionais

\mathbb{I} : conjunto dos números irracionais

\mathbb{R} : conjunto dos números reais

Representações

Um conjunto pode ser definido:

- Enumerando todos os elementos do conjunto

$$S = \{1, 3, 5, 7, 9\}$$

- Simbolicamente, usando uma expressão que descreva as propriedades dos elementos

$$B = \{x \in \mathbb{N} | x < 8\}$$

Enumerando esses elementos temos

$$B = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7\}$$

Através do Diagrama de Venn, que é uma representação gráfica que mostra as relações entre diferentes conjuntos, utilizando círculos ou outras formas geométricas para ilustrar as interseções e uniões entre os conjuntos.



Legislação Básica

Disposições gerais e servidores públicos

A expressão Administração Pública em sentido objetivo traduz a ideia de atividade, tarefa, ação ou função de atendimento ao interesse coletivo. Já em sentido subjetivo, indica o universo dos órgãos e pessoas que desempenham função pública.

Conjugando os dois sentidos, pode-se conceituar a Administração Pública como sendo o conjunto de pessoas e órgãos que desempenham uma função de atendimento ao interesse público, ou seja, que estão a serviço da coletividade.

Princípios da Administração Pública

Nos termos do *caput* do Artigo 37 da CF, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

As provas de Direito Constitucional exigem com frequência a memorização de tais princípios. Assim, para facilitar essa memorização, já é de praxe valer-se da clássica expressão mnemônica “LIMPE”. Observe o quadro abaixo:

Princípios da Administração Pública	
L	Legalidade
I	Impessoalidade
M	Moralidade
P	Publicidade
E	Eficiência
LIMPE	

Passemos ao conceito de cada um deles:

– Princípio da Legalidade

De acordo com este princípio, o administrador não pode agir ou deixar de agir, senão de acordo com a lei, na forma determinada. O quadro abaixo demonstra suas divisões.

Princípio da Legalidade	
Em relação à Administração Pública	A Administração Pública somente pode fazer o que a lei permite → Princípio da Estrita Legalidade
Em relação ao Particular	O Particular pode fazer tudo que a lei não proíbe

– Princípio da Impessoalidade

Em decorrência deste princípio, a Administração Pública deve servir a todos, sem preferências ou aversões pessoais ou partidárias, não podendo atuar com vistas a beneficiar ou prejudicar determinadas pessoas, uma vez que o fundamento para o exercício de sua função é sempre o interesse público.

– Princípio da Moralidade

Tal princípio caracteriza-se por exigir do administrador público um comportamento ético de conduta, ligando-se aos conceitos de probidade, honestidade, lealdade, decoro e boa-fé.

A moralidade se extrai do senso geral da coletividade representada e não se confunde com a moralidade íntima do administrador (moral comum) e sim com a profissional (ética profissional).

O Artigo 37, §4º da CF elenca as consequências possíveis, devido a atos de improbidade administrativa:



Introdução

A educação é um dos pilares fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Dentro desse contexto, o cargo social da escola vai além do papel tradicional de transmitir conhecimentos técnicos ou acadêmicos. A escola, como instituição social, carrega a responsabilidade de contribuir para a formação integral do indivíduo, não apenas como profissional, mas como cidadão ativo e participativo na sociedade.

A noção de função social da escola envolve a ideia de que a educação formal deve ser um meio de transformação social, promovendo a igualdade de oportunidades e combatendo a exclusão. Com base em marcos legais, como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o sistema educacional brasileiro assume um papel ativo na redução das desigualdades sociais e na preparação dos indivíduos para o exercício pleno da cidadania.

Essa abordagem coloca a escola como um ponto central na vida comunitária, cujo impacto se estende para além dos muros das instituições educacionais, afetando a estrutura social como um todo.

A Função Social da Escola

O conceito de função social refere-se ao conjunto de contribuições que a escola pode oferecer para a sociedade, focando não só na formação acadêmica, mas também no desenvolvimento de valores éticos e morais. Uma escola que cumpre seu papel social forma cidadãos críticos, conscientes de seus direitos e deveres, e capacitados a atuar na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal, a educação deve visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A escola, ao promover o acesso universal ao ensino, deve garantir que todos os alunos, independentemente de sua origem socioeconômica, tenham as mesmas condições de aprendizado e sucesso.

O artigo 206 reforça essa responsabilidade ao estabelecer que o ensino deve ser ministrado com base em princípios como a igualdade de condições para o acesso e permanência, além do pluralismo de ideias e a valorização do profissional da educação. Esses princípios fortalecem o entendimento de que a escola é um local de inclusão e diversidade, onde se busca a equidade e o respeito às diferenças.

Nesse sentido, a escola desempenha um papel de equidade social, combatendo a reprodução das desigualdades e oferecendo uma base sólida para que todos os alunos tenham acesso a oportunidades futuras.

A Formação de Cidadãos Conscientes

A escola não forma apenas profissionais; ela forma cidadãos. O processo educativo está diretamente ligado à formação de valores sociais, como respeito à diversidade, cooperação, solidariedade e responsabilidade social. A escola é o local onde crianças e jovens aprendem a interagir em sociedade, compreendendo a importância de suas ações para o bem-estar coletivo.

O currículo escolar deve incluir disciplinas e projetos que incentivem o desenvolvimento da cidadania ativa, promovendo o entendimento sobre direitos e deveres, a importância da participação democrática, e o combate às desigualdades. Através de atividades voltadas para o desenvolvimento crítico, como debates, projetos comunitários e discussões sobre temas sociais, a escola ensina os alunos a pensar além do individual, adotando uma visão mais ampla de sua função na sociedade.

Além disso, a educação em direitos humanos desempenha um papel crucial na formação do caráter e na conscientização sobre questões de igualdade e justiça social. A escola, portanto, é um espaço privilegiado para a construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática.